

COMO A EDUCAÇÃO PODE POTENCIALIZAR A TRANSFORMAÇÃO DO CAMPO SOCIAL?

Edna Ferreira da Silva Marinho¹
Miriam Espíndula dos Santos Freire²

RESUMO: Este texto acadêmico discorre sobre a responsabilidade que a escola tem em oferecer uma educação que traga autonomia aos cidadãos, a fim de que se promovam como agentes integrantes da sociedade, capazes de se perceberem como responsáveis por sua própria evolução dentro de um dado contexto. Reconhece que a educação pode potencializar a transformação do campo social desde que se invista em políticas públicas direcionadas a mudanças nas práticas pedagógicas atuais para que estas tragam resultados satisfatórios no que diz respeito às habilidades de compreensão e interpretação da linguagem escrita dos educandos. Como subsídios para sustentação das discussões foram citados teóricos conceituados no assunto. Assim sendo, ficou entendido que a educação não eliminará por completo as mazelas sociais, mas dará uma contribuição valiosíssima a esse processo, porém lutas incansáveis pela garantia da qualidade no ensino às classes sociais marginalizadas são indispensáveis.

Palavras-chave: Educação. Transformação. Autonomia. Marginalizados.

ABSTRACT: This academic text discusses the responsibility that the school has in offering an education that brings autonomy to citizens so that they promote themselves as integral agents of society, capable of perceiving themselves as responsible for their own evolution within a given context. It recognizes that education can enhance the transformation of the social field as long as it invests in public policies aimed at changes in current pedagogical practices so that these bring satisfactory results with regard to students' ability to understand and interpret written language. As subsidies to sustain the discussions, renowned theorists on the subject were cited. Therefore, it was understood that education will not completely eliminate social ills, but will make a very valuable contribution to this process, but tireless struggles to guarantee quality in education for marginalized social classes are indispensable.

Keywords: Education. Transformation. Autonomy. Marginalized.

I. INTRODUÇÃO

A educação jamais deveria ser tratada como algo de pouca ou nenhuma importância, visto que o homem verdadeiramente educado tem o poder transformador de mudanças

¹ Licenciatura Plena em Letras e Pós-graduada em Língua Portuguesa - Visão Interdisciplinar. Faculdade de Formação de Professores de Belo Jardim (FABEJA) . Aluna do Mestrado de Ciências da Educação da Veni Creator Christian University.

² Orientadora: Professora Dra. Veni Creator Christian University.

significativas para o seu bem e, conseqüentemente expandir ao próximo, contribuindo para a prosperidade da sociedade atual e das futuras gerações. Diante desse pressuposto, este trabalho³ acadêmico tem por finalidade solucionar o questionamento referente à como a educação pode potencializar a transformação do campo social. Para isso, foi necessário um estudo detalhado da educação brasileira desde a época jesuítica para entender como se dava o processo de ensinar e aprender, quem era favorecido e o porquê disso tudo.

E, para tanto, foi utilizada uma base teórica confiável, alicerçando solidamente as discussões. Este artigo também tem a finalidade de despertar o desejo à mobilização individual a favor do social até atingir grandes grupos na união dos pensamentos e ações, despertando a empatia e gradualmente observando as mudanças e suas conseqüências sociais positivas.

Inicialmente, conceitua-se educação e destaca-se a família como responsável em oferecer as primeiras e mais importantes lições educativas à promoção da formação do eu social até chegar a educação escolar e como esta vem se apresentando ao longo dos anos. Faz uma associação do analfabetismo com a desigualdade social; logo após compara-se o cenário atual da educação brasileira com a educação oferecida pelos jesuítas na época do Brasil colônia; todavia, não deixando de destacar os avanços educacionais adquiridos. Por fim, ressalta que a educação é um caminho à transformação do campo social, desde que haja a práxis.

Fazer um comparativo entre a educação anterior e a contemporânea, percebendo as mudanças e similaridades, possibilitou um entendimento mais conciso da realidade educacional brasileira e, portanto, pensar possíveis soluções de problemas tão nítidos, como por exemplo, o analfabetismo e a desigualdade social que se alastram no país. Discutir educação e refletir com o intuito de agir em favor dos cidadãos e cidadãs para que as autoridades educacionais de fato usem meios interessantes e adequados à efetiva alfabetização e, conseqüentemente, ao letramento das diferentes massas populares, resultando em sua autonomia cidadã, não só garantirão direitos individuais, mas também que a sociedade usufrua dos benefícios que só a consciência do bem comum e a vontade de fazê-lo possibilitarão que aconteçam.

³Trabalho exigido pela Professora Dra. Miriam Espíndula dos Santos Freire, para a avaliação final da disciplina de História e Filosofia da Educação, da Veni Creator Christian University.

É como diz Monteiro Lobato: “Um país se faz com homens e livros... Quem mal lê, mal ouve, mal fala, mal vê.” A fala de Lobato se harmoniza com o que diz Luckesi (1994) ao afirmar que a educação pode resgatar a sociedade se houver um investimento diligente nos que agora iniciam sua jornada estudantil, estruturando suas funções cognitivas, e norteando suas ações. E, se assim for, será a ideal, a desejada por qualquer nação que anseia cidadãos ativos e dispostos a exercer plenamente a sua cidadania. Quem não lê ou não lê com propriedade, desvendando as entrelinhas do texto, entendendo o contexto e fazendo as associações cabíveis, não consegue opinar, buscar seus direitos, ajudar outros, compartilhar experiências; enfim, é como uma porção de poeira que facilmente é levada pelo vento, isto é, não decide com entendimento, não luta por desejo, mas sim por ver ou ser convencido pelas ações ou palavras de outrem.

2. EDUCAÇÃO

O dicionário Michaelis da Língua Portuguesa Brasileira define a palavra educação, em um dos seus conceitos, como o “processo que visa ao desenvolvimento físico, intelectual e moral do ser humano, através da aplicação de métodos próprios, com o intuito de assegurar-lhe a integração social e a formação da cidadania”. Em harmonia com esse conceito, Brandão (2007) dialoga ao afirmar não ter como alguém fugir da educação porque esta se encontra em todos os lugares que se transite: nas residências, nas igrejas, nas ruas ou nas escolas; de alguma forma a vida humana está entrelaçada a ela, seja aprendendo, ensinando ou aprendendo a ensinar a conviver. É por isso que ele defende a ideia de que a educação difere de acordo com os mais variados tipos de sujeitos e culturas e que na troca de conhecimentos e valores culturais ela se constitui.

O primeiro grupo social do qual se faz parte é a família. Nele, adquirem-se as primeiras e mais importantes lições educativas: respeito ao próximo, bom convívio coletivo, reconhecimento da hierarquia familiar, conhecimento prático de profissões passadas de pais para filhos etc. Com o passar do tempo, idade em que é necessário frequentar a escola, começa-se a interagir nesse meio, adquirindo saberes escolares específicos para incorporá-los à vida social e profissional, no devido tempo. Mas, é indispensável que a família atente para a relevância que a educação escolar tem na vida de um indivíduo, visto que é perceptível, sobretudo no ensino público, que os responsáveis pelos estudantes não estão entendendo ou não valorizam o conhecimento que a escola oferece.

Todo conhecimento é valioso contanto que seja de proveito àquele que o adquiriu, e este, por sua vez, conscientize-se da responsabilidade que agora tem perante outros na busca de uma sociedade mais próspera, humana, humanizada e assim, utilize-o de forma direta ou indiretamente, como subsídio ao meio do qual é partícipe. Com esse mesmo entendimento, Brandão (2007, p. 82) diz: “Nada se faz entre os homens sem a consciência e o trabalho dos homens, e tudo o que tem o poder de alterar a qualidade da consciência e do trabalho, tem o poder de participar de sua práxis e de ser parte dela.” Portanto, é um privilégio poder contribuir de forma significativa e positiva com ideias que aperfeiçoem ações à transformação do social.

Luckesi (1994), fala que o dever da educação dentro de uma sociedade é preocupar-se com um objetivo a ser alcançado e, por isso, ela é um instrumento que norteia e é capaz de manter ou transformar o ser social, porém a sociedade na qual está vinculada deverá ter alguns valores que direcionem à sua prática, porque não há como educar e ser educado se não existir o desejo, sem que haja motivação entre os envolvidos nesse processo. Entender educação como meio propiciatório à interpretação da realidade, através de questionamentos e ações práticas que levam a mudanças, bem como o caminho para possíveis soluções de problemas sociais tornam evidentes o não conformismo com o que a atualidade apresenta como imposição.

5918

A educação acontece de dentro para fora, com a observação do mundo, com o aparecimento de perguntas intrigantes que merecem respostas esclarecedoras, desde que o ser desse processo educativo sinta-se motivado a agir diante das suas inquietações porque de nada adianta questionar e não tomar partido, entender a necessidade de mudar e permanecer inerte. O homem é um ser social e como tal deseja viver em sociedade nas melhores condições que lhe forem possíveis, mas isso não lhe dá o direito de tomar para si o que pertence ao próximo. Se educado, possivelmente fará boas escolhas sem graves prejuízos sociais.

Partindo desse pressuposto, é coerente dialogar educação de forma reflexiva a caminho de potencializar ações político-sociais específicas para cada região e/ou estado em consideração às diversas culturas, diferenças linguísticas, econômicas, geográficas e assim por diante. (Luckesi, 1994, p.32) aborda o risco de não se refletir em educação com responsabilidade: “Se a ação pedagógica não se processar a partir de conceitos e valores explícitos e conscientes, ela se processará, queiramos ou não, baseada em conceitos e valores

que a sociedade propõe a partir de sua postura cultural.” Refletindo nessa afirmação, é entendível que o ser social como um todo tem a responsabilidade de não fechar os olhos à incoerência notória que existe entre as práticas educacionais e suas teorias registradas como leis brasileiras.

O professor e filósofo Mário Sérgio Cortella disse recentemente que educação é a formação de uma pessoa e escolarização é apenas uma parte dela. Considerando esse conceito, é inadmissível que a escola como instituição educacional mantenha a mesma postura que vem apresentando ao longo dos anos, isso porque defende o seu trabalho como capaz de transformar o homem e ajudá-lo a se fazer aceito, mas observando seus métodos pedagógicos atuais vê-se o quanto se contradiz.

Saviani (2018) defende uma pedagogia que vá ao encontro dos interesses populares, na crença de que ela não impedirá o bom funcionamento da escola, ao contrário, ajudará; e através dessa ação mostrar-se-á preocupação em oferecer um ensino de qualitativo. Uma metodologia com essa estrutura instigará a atividade criativa dos alunos e do professor bem como o diálogo na sala de aula por valorizar os interesses, o ritmo que cada estudante tem em aprender e seu desenvolvimento psicológico, sem interferir, tampouco prejudicar os conteúdos sistemáticos programados. Em comunhão com as palavras de Saviani, Freire (1996) expõe a importância que o educador democrático tem em viabilizar a capacidade crítica do aluno a fim de que ele obtenha um verdadeiro aprendizado à medida que vai se transformando enquanto sujeito da construção e da reconstrução do que aprendeu. Eis aí um esforço que merece ser feito, e como resultado, uma sociedade autônoma, letrada e consciente.

Em conformidade com o que verbaliza Freire (1997), a educação eficiente deve partir de uma pedagogia que viabilize o educando compreender o que aprendeu, o porquê chegou a determinado resultado e em que tais descobertas contribuirão para o seu sucesso com agente na sociedade. Desse modo perceber-se-á como parte integrante do mundo e não como estando isolado, solto ou à parte dele. Se o sistema educacional oferecer métodos didáticos que desafiam os estudantes a buscarem o seu conhecimento em vez que enchê-los de falso saber, estará promovendo uma educação de liberdade a qual os habilitará ao entendimento, à compreensão e à interpretação de um texto oral ou escrito.

A educação no Brasil, sem dúvida, tem avançado consideravelmente com a criação do Conselho Nacional da Educação (CNE), do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos

e Pesquisa (INEP), do Ministério da Educação e Cultura (MEC), da Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDB), do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), dentre outros, porém não se deve esquecer de que esses avanços só apareceram graças a reivindicações e lutas constantes pela valorização dos profissionais da educação e do seu trabalho com os educandos, na perspectiva de despertar o senso crítico e o desejo de ação na sociedade da qual fazem parte. Por essa razão, não deve haver acomodação, ou melhor, o achismo de que já foi feito tudo o que poderia, pois se fosse um fato, não haveria uma taxa tão alta de não alfabetizados e tanta desigualdade social, originando outros problemas no país.

3. O ANALFABETISMO GERA DESIGUALDADE SOCIAL

Entende-se por analfabeto o indivíduo que não consegue compreender, ler, interpretar, nem escrever palavras, textos curtos ou longos. Infelizmente essa é a dura realidade que se encontram milhões de brasileiros, principalmente entre os idosos, pretos, pardos e nordestinos, segundo uma pesquisa feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no ano de 2022. Diante desse fato lamentável, entende-se por que a afirmação de que o analfabetismo gera a desigualdade social é assertiva. Ora, uma pessoa sem o conhecimento escolar, não tem oportunidades de ascensão profissional, uma vez que a escola também prepara indivíduos que almejam ser profissionais das mais variadas áreas do conhecimento; portanto, quando consegue um trabalho, este é com baixíssima remuneração e não lhe dá condições de usufruir de uma vida digna, com o mínimo de conforto possível, desconsiderando que, segundo a Constituição Brasileira, no art. 6º, fazem parte dos direitos do cidadão ter uma boa alimentação, um trabalho, um lugar para morar, o transporte, lazer etc.

Refletindo sobre essa pesquisa é notório que a pobreza já existente no Nordeste do Brasil adicionada a não alfabetização de boa parte de sua população traz consequências econômicas e sociais ainda mais profundas à população brasileira como um todo, pois as lacunas deixadas nessa região espalham-se às demais através da migração. Quem migra o faz acreditando que terá melhores condições de vida, mas nem sempre isso acontece porque não estando preparado para o mercado de trabalho cada vez mais exigente, acaba gerando

outros problemas sociais, como por exemplo, a falta de moradia, a fome, o aumento da violência, o abandono familiar, o alcoolismo e o uso de drogas.

Esse resultado se enlaça com as afirmações de Magda Soares (2023) e de Freire (1987). Este, ao dizer que a sociedade insiste numa educação bancária que desconsidera o humilde e seu conhecimento de mundo, sua vivência e experiência, oprimindo-o e dominando-o. Sem voz nem vez e distanciado do conhecimento que a escola oferece, é praticamente impossível que ele tenha forças para lutar por igualdade social. Ela, ao dizer que a alfabetização escolar favorece apenas os estudantes da elite porque a escola bane a linguagem oral ou cultural que se distancie da língua padrão, pois, apesar de ser complicado o alfabetizar, não se tem uma resposta que justifique a maior ocorrência do analfabetismo entre as classes mais pobres e que estudos linguísticos brasileiros sobre o processo de alfabetização, bem como em outros países, mostram o déficit da aprendizagem da língua escrita, de forma espantosa como um problema socioeconômico.

É óbvio que uma criança discriminada, propositalmente ou não, por seu modo de falar diferente do aceitável na escola ou por não ter um padrão econômico favorável tende a tornar-se introvertida na sala de aula, facilitando a não aprendizagem, o desinteresse pelos estudos, os sentimentos inferioridade e incapacidade de aprender e, conseqüentemente, o abandono escolar. Com isso provoca-se outro problema futuro: o analfabetismo entre adolescentes, jovens e adultos. Freire foi um educador que pensava com amor nos adultos que não eram alfabetizados, por isso, sua pedagogia era voltada para esse grupo de educandos. Ele defendia que era possível alfabetizar alguém partindo do conhecimento do aluno, ou seja, do meio em que vive, dos hábitos e do que é comum para ele.

Ainda segundo Soares (2023), a escola não está atuando no processo de alfabetização das crianças de modo a trazer-lhe significado, como se não fosse necessário o incentivo à construção do saber, oferecendo, aparentemente, apenas o aprender a ler e escrever como meio futuro à aquisição de conhecimentos e não como forma de conquistar poder de decisão. Agindo dessa maneira, a escola anda na contramão porque vai de encontro aos interesses dos educandos, promovendo desigualdades, analfabetismo, abandono escolar, indisciplina por muitos se sentirem incapazes de aprender e assim por diante.

É comum pessoas buscarem a escola após passarem pela idade escolar, ou seja, na juventude ou na fase adulta, culpando-se por seu não aprendizado na infância, seu desinteresse, sua indisciplina, ser faltosos nas aulas ou coisas do tipo, mas não entendem que

a escola é a verdadeira culpada por não homogeneizar sua clientela, no sentido da imparcialidade, pois privilegia os já privilegiados na sociedade, sendo preconceituosa com a cultura e com a linguagem popular. Fechar os olhos para a maioria é vergonhoso, todavia, é um fato que deve ser abolido. É inegável que a taxa de analfabetismo brasileiro é maior entre os adultos, mas, esta é proveniente da parcialidade da escola em favor dos economicamente destacados, visto que suas ações pedagógicas não satisfazem nem levam em consideração as expectativas das múltiplas culturas presentes nos educandos. Essa visão tem como aporte Ferrero (2010, p. 16):

[...] por mais bem-sucedidas que sejam as campanhas de alfabetização de adultos, não há garantias de se alcançar porcentagens de alfabetização altas e duráveis enquanto a escola primária não cumprir eficazmente sua tarefa alfabetizadora. Na medida em que a escola primária continuar expulsando grupos consideráveis de crianças que não consegue alfabetizar, continuará reproduzindo o analfabetismo dos adultos.

Se a escola entender que é mais fácil alfabetizar na infância do que na fase adulta e ampliar mecanismos que deem suporte à permanência desse público-alvo na instituição é possível que haja uma alfabetização em concordância com as leis educacionais, ou seja, não ficarão desvinculadas desse direito as crianças das classes economicamente carentes, tampouco as que, além disso, são marginalizadas socialmente por pertencerem a grupos que a sociedade insiste em discriminar. Assim sendo, não serão necessários programas de alfabetização de adultos e as desigualdades sociais, mesmo que em longo prazo, poderão ser reduzidas ou erradicadas.

4. A EDUCAÇÃO BRASILEIRA NA ÉPOCA JESUÍTICA

A população brasileira desde os tempos coloniais luta por seus direitos e sua sobrevivência. Questões civis, educacionais, de meio ambiente, culturais, econômicas e étnicas, são algumas delas. Então, não é surpresa que com o decorrer do tempo, a educação seja ainda motivo de questionamentos e descontentamento por não atingir de modo satisfatório às classes populares, trazendo com isso diversos problemas sociais como analfabetismo, desemprego, violência, desigualdade social etc. Todos esses transtornos não acontecem por acaso. A educação só vem mostrando que suas ações têm a finalidade de favorecer a sociedade dominante.

Saviani (2019, p. 63) diz: “A inserção do Brasil no chamado mundo ocidental, deu-se, assim, por meio de um processo envolvendo três aspectos intimamente articulados entre si: a colonização, a educação e a catequese”. É relevante refletir sobre esse elo porque o

colonizador português entendia que tinha como propriedade o Brasil e o que nele existia; e que para conquistar o que já dizia lhe pertencer, com “sabedoria” impôs sua cultura religiosa, a católica, que inevitavelmente atingiu a educação, pelo fato de que foram os jesuítas⁴ que criaram escolas, colégios e seminários por todo o território nacional. Assim como o DNA constitui as características de uma pessoa, assim também a educação oferecida pelos jesuítas influenciou significativamente na educação com o passar dos anos.

Como o objetivo era dominar os colonos foi necessário que os adaptassem aos seus hábitos e costumes, não levando em consideração a cultura, os hábitos, os desejos e os valores já existentes porque o importante não era uma inserção social, tampouco uma ascensão pessoal do colono, mas que este lhe estivesse sujeito, o servisse e não o questionasse; quanto mais leigo, maior e mais fácil seria o poder de controle sobre ele. Freire (1997) traz como consequência de uma educação opressora a falta de criatividade, de transformação e a alegação do não saber. Quem nada sabe, busca os sábios (os que o domina) ficando cada vez mais vulnerável e propenso a aceitar como normal o que lhe é oferecido, não tendo força, coragem, nem entendimento para dizer “por quê?”

A educação colonial passou por várias reformas e foram criadas leis específicas para cada etapa escolar desde o ensino fundamental público até as universidades, mesmo assim, não foram adotados planos didáticos que beneficiassem o ensino igualitário. Como exemplo, conforme cita Saviani (2019) não era interessante para o rei de Portugal disponibilizar essa equidade no ensino por acreditar que nem todos chegariam ao ensino superior. Diante disso, dizia que para os menos favorecidos economicamente bastariam às instruções que adquiriam na igreja, perpetuando, com essa ideologia a desigualdade entre os povos.

Com esse pensamento, as leis e reformas que se diziam garantir o direito à educação para todos sem discriminação e de igual ensino, na verdade, serviam apenas para que a Coroa Portuguesa controlasse o que, quem e como seria oferecido tal ensino, dificultando, por meio de regras, que as classes populares tivessem acesso na prática, fortalecendo-se ainda mais como opressora e dominadora.

Atualmente a educação tem se mostrado bem semelhante a que era idealizada no período jesuítico, pois assim como existiam leis e reformas para a igualdade no ensino público, mas na prática não aconteciam devido a vários fatores, dentre eles a falta de condições econômicas de frequentar a escola e permanecer nela, assim também acontece com

⁴Os jesuítas eram padres católicos da Companhia de Jesus que chegaram ao Brasil por volta do ano de 1549.

a educação contemporânea já que existem direitos legitimados, no entanto ainda não foram providenciados meios eficazes para a permanência e a efetiva construção dos saberes na escola.

Observa-se que pessoas não alfabetizadas e que fazem parte da população socialmente marginalizada têm, de modo geral, o perfil de se sujeitarem as mais variadas formas de humilhação e desrespeito, não tomando posição diante de tantas arbitrariedades por não conhecerem seus direitos especificados nas leis do país, não saberem como, quando, nem a quem recorrer, visto que não foram orientadas na escola. Um grande número delas não chegou a conhecer o ensino escolar, diante disso, o analfabetismo torna-se o principal vilão social de suas imensas dificuldades.

As autoridades educacionais que tomam a dianteira em construir e direcionar o PNE (Plano Nacional de Educação) deveriam ter como meta contemplar o seu público-alvo com uma estrutura mais bem elaborada, voltada à educação básica que de fato incluísse as classes sociais menos favorecidas; aquela que com eficiência subsidiasse metodologias inovadoras com o intuito de conseguir oferecer um ambiente escolar produtivo e problematizador para que o educando pudesse desenvolver seu cognitivo de forma a enxergar o mundo com os olhos do entendimento e assim, interagir e intervir com inteligência e sabedoria.

5. EDUCAÇÃO: UM CAMINHO À TRANSFORMAÇÃO DO CAMPO SOCIAL

A escola tem um papel social de grande relevância, pois lá é compartilhado o saber, aprende-se que para ser aceito num dado grupo é necessário respeitar regras e normas distintas, estimula-se a capacidade cognitiva etc. Um sujeito educado percebe-se importante ao meio; entende que seus conhecimentos não só lhe favorecem como são úteis à sociedade. Contudo, esse fato não justifica nem valida poucos terem, grande parte ser marginalizada, esquecida, posta à parte; e ainda outros sequer tomarem ciência do que lhes cabem e agir a seu favor, com responsabilidade.

Sobre conscientização Freire (1979, p.15) diz: “A conscientização não pode existir fora da “práxis”, ou melhor, sem o ato ação – reflexão. Esta unidade dialética constitui, de maneira permanente, o modo de ser ou de transformar o mundo que caracteriza os homens”. Então, é um compromisso humano ter uma visão crítica da sua própria história, interpretá-la e intervir no presente para melhor organizar-se no futuro. Uma educação que escolariza,

mas não incentiva nem conduz à transformação do eu social é ultrapassada e deve ser eliminada.

É discrepante, no mundo contemporâneo, repleto de avanços tecnológicos, científicos, políticos, econômicos etc. uma educação ainda cristalizada no século passado, pois cada época tem os seus desafios e as suas conquistas. Muito do que era relevante, hoje não é mais; e se é, ainda precisa ser revisto, complementado e reformulado para que atenda aos anseios da coletividade.

Como se não fosse suficiente identificar o nível de escolarização como o principal responsável pela desigualdade social, entende-se que esta perpassa o fator socioeconômico e chega ao neurofisiológico. Assim como filhos bastardos, são aqueles cuja sociedade considera anormais, fora dos seus padrões, impuros, concebidos à parte do matrimônio, com direitos garantidos por lei, mas que a família reluta para não assegurar-los. A sociedade como família, deve receber esses filhos com todas as honras que eles merecem, aceitando-os como inculpes, uma vez que a responsabilidade é sua; e diante disso, propiciar um ambiente verdadeiramente acolhedor onde todos serão favorecidos. Negar seu lugar no seio dessa ampla família não produzirá prosperidade, apenas sofrimento, descontentamento e escravidão, pois bastardos ficam, quando conseguem, com as sobras; são sombras de outros e para outros.

5925

Os educadores são os que mais devem participar na promoção do verdadeiro saber de seus educandos; na verdade, os mestres são aqueles cujos estudantes têm como referência, sendo os facilitadores do processo de alfabetismo também são favorecidos, pois enquanto ensinam, aprendem. A pedagogia dialógica maximiza sua autoridade, pois essa prática os aproxima dos seus educandos. Estes, por sua vez poderão lhe demonstrar mais respeito e consideração.

Um percentual considerável de crianças, jovens e adultos brasileiros ainda encontra-se semianalfabeto, quando não totalmente analfabeto; afora crianças que deveriam estar na escola, mas, por razões diversas, sequer a conhecem, faz com que a luta pela educação sem discriminação do diferente, não do “anormal” perdure enquanto houver necessidade. Saviani (2018) relata esse percentual e o associa à marginalização ao citar as teorias educacionais em duas vertentes: as que acreditam que a educação pode chegar a equalizar os direitos e deveres sociais e que, por meio dela a exclusão do ser social diferente será superada; e aquelas que reforçam a responsabilidade de escola nessa marginalização. E diz mais:

A educação será um instrumento de correção da marginalidade na medida em que contribuir para a constituição de uma nova sociedade cujos membros, não importam as diferenças de quaisquer tipos, aceitem-se mutuamente e respeitem-se na sua individualidade específica. (Saviani, 2018, p. 62)

Percebe-se então, ser primordial que a educação contemporânea se vista de uma nova metodologia, dinâmica e eficiente, para atender aos anseios do coletivo, sobretudo dos marginalizados. Portanto, a educação só cumprirá com o seu dever se der oportunidade e oferecer os meios à transformação do indivíduo, caso contrário, no máximo oferecerá escolarização, mas ainda assim continuará desigual e parcial. A imparcialidade é sinônima da equidade nesse contexto! Nota-se que os países desenvolvidos são os que mais investem em educação por serem conscientes de que o desempenho escolar afeta a economia e o desenvolvimento do país. Não será à toa que um país em desenvolvimento como o Brasil também passe a ter essa percepção e adote políticas públicas mais bem elaboradas que garantam a estadia e a manutenção adequadas de todas as crianças na escola.

É um fato que o Plano Nacional de Educação (PNE) tem como principal meta a erradicação do analfabetismo no Brasil, todavia as ações voltadas para esse fim têm se mostrado inadequadas ou insuficientes, haja vista o índice significativo de estudantes inaptos à leitura e à escrita, sem levar em consideração aqueles que não conseguem compreender e interpretar, desde textos simples aos mais variados gêneros textuais da sua língua materna.

5926

Para ser considerado autônomo, um cidadão deve apreender, comparar, analisar e aplicar seu aprendizado na vida particular e social. O ato de ler pode ser descrito de forma bem ampla, pois, nele, várias habilidades são colocadas em discussão e análise, não é simplesmente uma tradução de sons em sílabas, palavras ou frases soltas; sem significado. Enxergar o mundo, usando como colírio a leitura é uma chance de crescimento pessoal, profissional e social que possivelmente contribuirá para uma sociedade mais empática e ativa. Nessa mesma linha de raciocínio Magda Soares explica:

Ler inclui, entre outras habilidades, a habilidade de decodificar símbolos escritos; a habilidade de captar o sentido de um texto escrito; a capacidade de interpretar sequências de ideias ou acontecimentos, analogias, comparações, linguagem figurada, relações complexas, anáfora; e ainda habilidades de fazer previsões iniciais sobre o significado de um texto...de refletir sobre a importância do que foi lido, tirando conclusões e fazendo avaliações. (Soares, 2023, p. 152)

Vê-se, então, que o processo de alfabetismo não é tão simples como muitos imaginam, pois é atingido em longo prazo, por envolver diferentes habilidades e muitos esforços tanto dos docentes quanto dos discentes, mas para que seja um fato o poder público

precisa dar a sua indispensável parcela de contribuição garantindo que leis específicas para a educação sejam praticadas, reformuladas, desconsideradas, quando necessário, e implantadas de acordo com as necessidades de cada região do país para que as possibilidades do êxito sejam maiores que as atuais.

Seria insensato, sob a visão de Luckesi (1994) acreditar que “todas as mazelas” sociais serão dissolvidas pela educação, mas, sem dúvida, sua contribuição é valiosíssima no desenvolvimento cognitivo, ampliando o poder de leitura, compreensão e percepção de mundo que, por sua vez, permitirá ao homem a consciência de agir ou não em favor próprio ou do social. Portanto, amparado por seu conhecimento, ampliado e norteado pela educação qualitativa e imparcial, às classes marginalizadas da sociedade, individualmente e como grupo, provavelmente poderão viver e conviver mais dignamente.

Se os que fazem a educação não tomarem para si a responsabilidade que lhes é outorgada, as gerações futuras poderão sofrer um retrocesso desastroso no reconhecimento de que como seres sociais, querendo ou não, estão intimamente ligados ao meio e que o problema de um repercute no outro e no outro e assim por diante, ainda que sejam conscientes de que a educação voltada à pedagogia libertadora é apenas um caminho, não a solução para todos os problemas que atingem a sociedade, sobretudo os que foram colocados à parte dela, como se não fossem importantes nem necessários no seio social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Faz parte da história do Brasil as conquistas progressivas em favor da educação e por esta razão o incentivo a que não se estacionem as lutas às necessárias mudanças tão perceptivas no meio educacional atual. A sociedade contemporânea e em constantes transformações e exigências não abre espaço para pessoas que a ela não se adequam, mesmo sendo culpada por uma separação entre classes. Separação essa que multiplica problemas sociais que dificultam a convivência do todo, com maior impacto na classe popular.

As discussões aqui colocadas objetivam uma práxis, primeiramente individual, até atingir o coletivo para o bem comum, partindo da educação qualitativa e igualitária. Compreende-se que, apesar de já terem sido cridos vários mecanismos visando à melhoria da educação brasileira, ainda se fazem necessárias ações complementares e até mesmo que sejam inovadas para que contemplem a comunidade escolar como um todo, sem discriminação por quaisquer circunstâncias adversas à sua vontade.

Muitos avanços na educação brasileira, por meio de lutas, foram apontados como importantes e indispensáveis às conquistas obtidas e, por isso, o incentivo a continuar em busca de aperfeiçoamento e novos métodos pedagógicos, intencionando o respeito e a aceitação das diversas formas de aprendizagem e conhecimentos oriundos da etnia e da região geográfica dos educandos.

Entendeu-se que muitas características da educação atual advêm do período colonial que não pensava no coletivo. Seu objetivo era favorecer a classe dominante para que ela tivesse forças para subjugar os que dela necessitavam por se sentirem acuados, sem saída, e aceitassem a submissão sem questionar, sem conhecer seus direitos e sem poder de atuação. Também que a educação é um caminho para libertação e transformação do campo social, desde que atue com novos mecanismos e metodologias práticas e inovadoras que facilitem o aprendizado e a permanência das classes sociais marginalizadas no ambiente escolar, mas não tem pleno poder de resolver todos os problemas sociais; todavia que é de suma importância na capacidade de perceber, compreender e interpretar o mundo por meio da habilidade de leitura e da escrita.

REFERÊNCIAS

5928

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é Educação**. -São Paulo: Brasiliense, 2007. (Coleção Primeiros Passos, 20) 49ª reimpr. da 1. Ed. De 1981

Constituição da República Federativa do Brasil. 1988.

FERRERO, Emília. **Com todas as letras**. -16 ed. – São Paulo: Cortez, 2010.

FREIRE, P. **Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire**. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.

_____. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**, 25ª ed. – São Paulo: Paz e Terra, 1996. (Coleção Leitura.)

_____. **Pedagogia do Oprimido**, 17ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1997.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Filosofia da Educação**. – São Paulo: Cortez, 1994. – (Coleção magistério 2º grau. Série formação do professor)

MICHAELIS, **Dicionário da Língua Portuguesa Brasileira**. Editora Melhoramentos Ltda. ©2023

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**. Coleção Educação Contemporânea. – Campinas, SP: Autores Associados, 2018.

_____. **História das ideias pedagógicas no Brasil.** – Campinas, SP: Autores Associados, 2019.
– (Coleção memória da educação)

SOARES, Magda. **Alfabetização e Letramento.** – 7^a ed. 6^a reimpressão. – São Paulo:
Contexto, 2023.